

CETESB

Demonstrações Financeiras

31 de Março de 2025

Índice

Demonstrações Financeiras Individuais

Release.....	2
Demonstração do Resultado Comparativa.....	4
Balanco Patrimonial.....	5
Demonstração do Resultado.....	6
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	8
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Notas Explicativas.....	10

Pareceres e Declarações

Relatório de Revisão das Informações Contábeis Intermediárias	38
---	----

RESULTADOS 1T25



Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística  SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Apresentamos os principais resultados econômicos e financeiros da CETESB referentes ao primeiro trimestre de 2025, com os valores expressos em milhões de reais, acompanhados de comentários analíticos sobre desempenho e tendências.

BALANÇO PATRIMONIAL

Ao final do 1T25, o total de ativos da CETESB somou R\$ 331,7 milhões, refletindo uma redução de 7,5% em relação ao final de 2024. O Patrimônio Líquido foi de R\$ 53,4 milhões, representando uma queda de 45,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução é explicada diretamente pelo prejuízo contábil de R\$ 44,3 milhões registrado no trimestre, que impactou negativamente as reservas de lucros acumulados, resultando em contração do valor patrimonial da Companhia.

O Capital Social manteve-se estável em R\$ 170,4 milhões, preservando a estrutura de capital da Companhia.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Companhia registrou prejuízo contábil de R\$ 44,3 milhões no primeiro trimestre de 2025, revertendo o lucro de R\$ 28,3 milhões obtido no 1T24. Esse resultado é explicado, principalmente, por dois fatores:

1. Ausência de evento não recorrente: no 1T24 houve reversão de provisão trabalhista de elevado valor, não repetida em 2025.
2. Redução expressiva da subvenção de custeio: o repasse foi de apenas R\$ 13,4 milhões (contra R\$ 31,4 milhões em 2024), impactado pelo elevado caixa final de 2024 oriundo de receita extraordinária com dívida ativa.

FLUXO DE CAIXA

Apesar do resultado contábil negativo, a posição de caixa da CETESB manteve-se robusta. O saldo final de caixa em 31/03/2025 foi de R\$ 103,6 milhões, representando um crescimento de 136,5% frente ao mesmo período de 2024.

RECEITAS PRÓPRIAS

As receitas operacionais apresentaram desempenho expressivo:

Licenciamento Ambiental: R\$ 93,4 milhões (+14,9%)

ITR - Informações Trimestrais - 31/03/2025 - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo



RESULTADOS 1T25

Multas Ambientais: R\$ 17,0 milhões (+29,9%)

Venda de Serviços e Produtos (ex: LCVM): crescimento de 77,8%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do resultado negativo registrado no primeiro trimestre de 2025, a solidez financeira da CETESB permanece preservada. A redução no repasse da subvenção de custeio reflete uma prática recorrente da Secretaria da Fazenda, que ajusta os repasses conforme a disponibilidade de caixa da Companhia — neste caso, elevada em função de receitas extraordinárias no encerramento de 2024. A tendência é de que esses repasses sejam retomados gradualmente ao longo do ano.

A Companhia permanece com baixo grau de endividamento e execução orçamentária controlada, garantindo a continuidade operacional e a sustentabilidade financeira.

A auditoria independente, realizada pela AUDILINK & CIA. Auditores, emitiu parecer sem ressalvas, com destaque (ênfase) para a existência de contingências fiscais em discussão judicial no valor de R\$ 117,1 milhões, referentes a autos de infração lavrados pela Receita Federal nos exercícios de 2009, 2013, 2016 e 2017, relacionados ao Pasep, Cofins e CSLL. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, que classificaram o risco como de perda possível, a administração optou por não reconhecer contabilmente esses valores como provisão, conforme previsto nas normas contábeis vigentes.

Demonstrações Financeiras Intermediárias - 31 de março de 2025 e 2024

ATIVO	Nota	31.03.2025	31.12.2024	Variação	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.03.2025	31.12.2024	Variação
CIRCULANTE		125.228	143.177	(13%)	CIRCULANTE		148.527	134.780	10%
Equivalentes de Caixa - Recursos Próprios	4	87.395	118.036	(26%)	Fornecedores	11	8.799	7.074	24%
Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados	4	16.231	7.565	115%	Salários e Remunerações a Pagar	12	79.909	69.802	14%
Clientes e Outras Contas a Receber		1.103	816	35%	Impostos e Contribuições a Recolher	13	24.624	32.785	(25%)
Adiantamentos a Empregados	5	5.578	4.076	37%	Adiantamentos de Convênios	14	11.744	3.458	240%
Adiantamentos a Fornecedores		2.556	540	373%	Adiantamentos de Clientes		531	533	0%
Impostos a Recuperar	6	1.439	1.391	3%	Outras Contas a Pagar		102	103	-1%
Parcelamentos a Receber	7	6.644	5.961	11%	Provisão para Contingências	15	21.584	19.791	9%
Valores a Receber - Dívida Ativa	8	853	951	(10%)	Provisão para Contribuição Social		1.234	1.234	0%
Estoques		1.107	1.077	3%					
Despesas Exercício Seguinte		2.322	2.764	(16%)					
NÃO CIRCULANTE		206.431	215.309	(4%)	NÃO CIRCULANTE		129.727	126.038	3%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		54.393	58.500	(7%)	Impostos Reservas de Reavaliação		406	413	(2%)
Depósitos Judiciais	15	10.496	12.874	(18%)	Impostos e Contribuições a Recolher	13	26.162	27.938	(6%)
Adiantamentos a Empregados	5	679	431	58%	Adiantamentos de Convênios	14	4.487	4.106	9%
Parcelamentos a Receber	7	9.911	11.282	(12%)	Provisão para Contingências	15	36.751	33.871	9%
Antecipação de Dividendos	17d	7.133	7.133	0%	Provisão para Contrib. Prev.	16	61.921	59.710	4%
Valores a Receber - Dívida Ativa	8	24.039	24.605	(2%)					
Impostos a Recuperar	6	2.135	2.175	(2%)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.405	97.668	(45%)
IMOBILIZADO	9	151.133	155.698	(3%)	Capital Social	17a	170.377	170.377	0%
INVESTIMENTO		8	8	0%	Ações em Tesouraria (-)		(1)	(1)	0%
INTANGÍVEL	10	897	1.103	(19%)	Reservas de Reavaliação	17b	18.643	18.714	0%
					Prejuízos Acumulados	17c	(135.614)	(91.422)	48%
TOTAL		331.659	358.486	(7%)	TOTAL		331.659	358.486	(7%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



Demonstrações Financeiras Intermediárias - 31 de Março de 2025 e 2024

	nota	31.03.2025	31.03.2024	Varição
RECEITA DE SERVIÇOS E VENDAS				
Subvenção de Custeio		13.382	31.379	(57%)
Exercício do Poder de Polícia Delegado:		-	-	
<i>Licenciamento</i>		93.378	81.241	15%
<i>Multas Ambientais</i>		16.957	13.057	30%
Venda de Serviços e Produtos		4.576	2.574	78%
Deduções		(7.072)	(5.200)	36%
TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS	18	121.221	123.051	(1%)
CUSTO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS VENDIDOS E SUBVENCIONADOS	19	(112.207)	(107.276)	5%
LUCRO BRUTO		9.014	15.775	(43%)
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS				
Despesas Administrativas	19	(50.968)	(41.557)	23%
Despesas/Reversão de Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa		2.962	2.168	37%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	20	(5.316)	51.901	(110%)
		(53.322)	12.512	526%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS ENCARGOS FINANCEIROS		(44.308)	28.287	(257%)
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	21	38	62	(39%)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(44.270)	28.349	(256%)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	0%
LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO		(44.270)	28.349	(256%)
LUCRO/PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES DE CAPITAL		(R\$ 7,79)	R\$ 4,99	-256%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 1T25

Valores em milhares de reais



Informações Financeiras Intermediárias - 31 de Março de 2025 e 2024

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		31.03.2025	31.03.2024
Lucro/Prejuízo do Período	Nota	(44.270)	28.349
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:			
Provisão/Reversão Contingências Trabalhistas/Cíveis	15	4.170	(50.650)
Provisão para Contribuições Fiscais	15	506	273
Provisão para Contribuições Previdenciárias		2.210	1.967
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa		(17.773)	(25.831)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Outras		1.353	1.615
Provisão PPR-Progr.Partic.Resultados		4.975	5.361
Provisão Plano de Carreira		-	661
Provisão Para Programa de Demissão Incentivada		-	-
Provisão Férias/13º Salário/Licença Premio		5.060	3.485
Provisão Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		-	(70)
Depreciação do Imobilizado	9	5.105	3.297
Baixas de Depreciação	9	(5)	-
Amortização do Intangível	10	206	206
Realização Reserva de Reavaliação		7	7
Saldo transferência entre contas	9	-	-
Ajustes Imobilizações em andamento	9	3.697	-
Baixas no Ativo Imobilizado	9	79	1.078
Baixas no Intangível		-	-
Subtotal		(34.680)	(30.252)
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante			
Clientes e Outras Contas a Receber		(287)	184
Adiantamentos a Empregados		(1.447)	(2.432)
Adiantamentos a Fornecedores		(2.016)	(676)
Impostos a Recuperar		(119)	24
Parcelamentos a Receber		(858)	597
Valores a Receber - Dívida Ativa		18.437	25.717
Estoques		(29)	(129)
Despesas Exercício Seguinte		443	(310)
Depósitos Restituíveis		2.378	(2.516)
Subtotal		16.502	20.459
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante			
Fornecedores		1.725	(1.403)
Salários e Remunerações a Pagar		72	18
Impostos e Contribuições a Recolher		(9.936)	(6.452)
Adiantamentos de Convênios		8.666	(685)
Adiantamentos de Clientes		(3)	718
Outras Contas a Pagar		(1)	(15)
Impostos Reservas de Reavaliação		(7)	(7)
Baixas Contingências Trabalhistas/Cíveis	15	(2)	(540)
Subtotal		514	(8.366)
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais		(17.664)	(18.159)
Atividades de Investimento			
Aquisição de Intangível		-	-
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	9	(4.311)	(8.357)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		(4.311)	(8.357)
Atividades de Financiamento			
Recursos destinados a Aumento de Capital		-	-
Bens recebidos em Doação		-	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		-	-
Capital Circulante Líquido		(21.975)	(26.516)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa		125.601	70.340
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa		103.626	43.824
Variação Líquida nos Caixas e Equivalentes de Caixa		(21.975)	(26.516)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO -1T25

Valores em milhares de reais



Demonstrações Financeiras Intermediárias - 31 de Março de 2025 e 2024

	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reserva de Lucros Reserva Legal	Reservas Lucros a Realizar	Reservas de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	170.377	(1)	-	-	-	18.998	(132.018)	57.356
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	(71)	-	(71)
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	-	-	-	78	78
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	28.349	28.349
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024	170.377	(1)	-	-	-	18.927	(103.591)	85.712
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	170.377	(1)	-	-	-	18.714	(91.422)	97.668
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	(71)	-	(71)
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	-	-	-	78	78
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	(44.270)	(44.270)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025	170.377	(1)	-	-	-	18.643	(135.614)	53.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE- 1T25

Valores em milhares de reais



Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística



Demonstrações Financeiras Intermediárias - 31 de março de 2025 e 2024

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.03.2024</u>
PREJUÍZO/LUCRO DO EXERCÍCIO	(44.270)	28.349
Realização das reservas de reavaliação	(71)	(71)
Diferimento da tributação sobre as reservas de reavaliação	78	78
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(44.263)</u>	<u>28.356</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
INTERMEDIÁRIAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS**1.1 Contexto Operacional**

A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 – Alto de Pinheiros – São Paulo – SP é uma empresa pública estadual, parte integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9999% do capital social. A Companhia foi constituída pela Lei nº 118 de 29/06/1973, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/2009, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) e possui atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo, no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA. A CETESB é regida pelas Leis federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16.

1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício**a) Dependência Econômica do Acionista Controlador**

A CETESB recebeu, a título de subvenção econômica, um repasse da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo no montante de R\$ 13.382 mil, registrado nas rubricas “Pessoal e Encargos Sociais” e “Custeio”. Esse valor representa 31,5% do total de R\$ 42.487 mil previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA – Lei Estadual nº 18.078 de 03/01/2025 e Decreto Estadual 69.319 de 22/01/2025), resultando em uma redução de 68,5% em relação à dotação inicialmente prevista para o primeiro trimestre de 2025.

A liberação dessa subvenção ocorre de acordo com a previsão de fluxo de caixa da CETESB, visando garantir a sustentabilidade financeira da empresa e assegurar a continuidade das atividades operacionais. Dessa forma, os níveis de caixa da CETESB permanecem dentro dos parâmetros estabelecidos para empresas estatais dependentes, mantendo-se entre os limites mínimo e máximo definidos pelo controlador.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***b) Mudança no Plano de Saúde**

A partir de 01.03.2025, o Plano de Assistência Médico e Hospitalar – PAMH, autogerido pela Companhia, foi substituído pelo Plano de Saúde Coletivo no padrão enfermaria, na modalidade coletiva empresarial, contributivo e de pré-pagamento mensal com coparticipação em exames simples e consultas, com todas as coberturas e especialidades previstas no rol de procedimentos vigentes da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. A Unimed Seguros é a operadora do novo benefício saúde ofertado. Com essa alteração a Companhia pretende estabilizar as despesas com assistência médica.

c) Aprovação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias referentes ao primeiro trimestre de 2025 foram aprovadas e têm sua divulgação autorizada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, em 09/05/25 e 27/05/25, respectivamente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**- Declaração de conformidade e base de preparação:**

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias a estas demonstrações financeiras intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às atividades da Administração na gestão da Companhia.

- Moeda funcional e de apresentação:

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia é o Real (R\$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***- Fluxo de caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) (IA S 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB). Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes: Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e a outras atividades que não são de investimento e de financiamento; Atividades de investimento referem -se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa; Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

- Uso de estimativas e premissas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis, as quais têm como base fatores objetivos e subjetivos e o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia.

Devido ao fato de tratar-se de valores estimados, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias, assim, a Companhia revisa suas premissas e conseqüentemente as estimativas constituídas, cujos efeitos são reconhecidos no período da revisão.

Nestas condições, as estimativas significativas constituídas para as demonstrações financeiras intermediárias no primeiro trimestre de 2025 foram:

a) Provisão para perda de valor recuperável dos ativos (Imobilizado e Intangível)

Em consonância com o normativo contábil NBC TG 01 (R4), a Companhia estabelece procedimentos que assegurem que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Para tanto, contratou empresa técnica especializada para prestação de serviços de avaliação patrimonial, para fins de atualização da conciliação físico/contábil dos bens tangíveis e intangíveis da CETESB. A referida empresa avaliou os ativos em consonância à NBC TG 01(R4) - Norma Brasileira de Contabilidade – Redução ao valor

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

recuperável de ativos e o método utilizado foi o Valor em Uso dos ativos por meio de Fluxo de Caixa Descontado. O parecer foi emitido em 15/04/2024 constatando que a Companhia não apresenta indício de perda do valor recuperável dos ativos, dispensando, assim, a necessidade de constituição de provisão por estimativa de perda de valor recuperável. Além disso, não foi identificado indicação de que algum Ativo ou grupo de Ativos da CETESB possa ter sofrido desvalorização em função de sua vida útil.

b) Estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos.

A estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos é constituída a partir da abordagem simplificada da análise, que consiste em reconhecer a perda esperada do crédito, considerando as seguintes evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes – CADIN e, por fim, iv) dificuldade de localização do devedor.

c) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, sendo constituídas provisões frente aos riscos trabalhistas, cíveis e tributários cujos processos representem perdas prováveis e estão estimadas com certo grau de segurança, as quais podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

Trimestralmente é realizada revisão a fim de verificar alterações nas circunstâncias e premissas que as determinaram, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes: a determinação da provisão necessária para estas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores legais da Companhia. Em observância ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – Geral – NBC TG 25 (R1), os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são somente divulgados, e os passivos não

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

mensuráveis com suficiente segurança, classificados como perdas remotas, não são provisionados.

d) Normas e interpretações novas e revisadas

Até 31 de março de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC não publicou novos pronunciamentos, que influenciaram as práticas contábeis aplicadas à Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente comparativamente aos exercícios anteriores.

a) Disponibilidades

Correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins (nota explicativa nº 4).

b) Estoques

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção das atividades da empresa, como, por exemplo, suportes de reagentes aos laboratórios. Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, não superiores aos valores de realização.

c) Depósitos Judiciais e Recursais

Depósitos recursais são descaixes compulsórios exigidos para a interposição de recursos processuais, cujo valor, em caso de confirmação da condenação, pode ser descontado do crédito do reclamante ou devolvido à Companhia no final do processo.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com o fim de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou oposição de embargos à

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

execução, sendo acompanhado pela Companhia seu desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

Os valores por natureza da ação e respectivos montantes estão demonstrados na nota explicativa nº 15.

d) Imobilizado

Até 31/12/2003, o ativo imobilizado era avaliado ao custo de aquisição, acrescido dos valores de reavaliação sobre os imóveis, metodologia realizada anteriormente ao advento da Lei nº 11.638/07. Neste processo, a Companhia adotou o valor residual reavaliado como novo valor de custos dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela relativa à realização da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, foi contabilizada na própria conta de Reservas de Reavaliação, na mesma proporção em que os bens são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil dos bens. Após este período a Companhia efetua o teste de *impairment* conforme previsto na NBC TG 01 (R4), quando há indícios de perda.

e) Ativo Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida econômica definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício (nota explicativa nº 10).

f) Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos

Correspondem às férias vencidas, proporcionais, licença prêmio e respectivos encargos sociais incorridos até 31 de março de 2025 (nota explicativa nº 12).

g) Contabilização dos Convênios

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia celebra “Convênios” com diversas Entidades nacionais, internacionais e Fundos Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento, tendo como contrapartida uma conta de obrigação no Passivo, até a realização e aprovação da respectiva prestação de contas (nota explicativa nº 14).

h) Contribuição Social

A Companhia optou pela tributação com base no Lucro Real. Em 31/03/2025, o resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões determinadas pela legislação fiscal, teve uma base de cálculo negativa de R\$ 36.660, ficando dispensada do recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, devido às suas atividades estatutárias e personalidade jurídica, conforme decisão proferida em seu favor em exercícios anteriores, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados a valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das características operacionais da Companhia não são aplicáveis ajustes a valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

j) Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais e que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em montantes, não superiores aos seus valores de mercado.

4. DISPONIBILIDADES

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos pro

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

rata até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado.

As aplicações financeiras vinculadas a convênios observam os mesmos procedimentos dos recursos próprios, todavia, são tratados separadamente porque estão vinculados aos chamados “convênios” (vide nota explicativa 14) e não podem ser aplicados na operação regular da Companhia.

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Bancos	9.450	1.787
Aplicações Financeiras - Recursos Próprios	77.945	116.249
Total Recursos Próprios	<u>87.395</u>	<u>118.036</u>
Aplicações Financeiras - Vinculadas a Convênios	16.231	7.565
Total	<u>103.626</u>	<u>125.601</u>

5. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

São os adiantamentos decorrentes de férias a usufruir no mês subsequente, adiantamento de 13º salário; assistência médica; viagens e multas de trânsito de empregados autorizados a conduzir veículos da Companhia em suas atividades. Com relação ao adiantamento de assistência médica, vale ressaltar que até 28/02/2025 o plano de saúde que a CETESB oferecia aos seus empregados era administrado pela própria empresa, ou seja, os prestadores de serviços médicos eram contratados pela CETESB, que arcava com cerca de 85% das despesas. A parte dos empregados era contabilizada na rubrica de adiantamento de assistência médica e era reembolsada pelo empregado mediante parcelas mensais descontadas no salário. Ressalte-se que, em virtude de tratamentos contínuos e ininterruptos, haverá um período de coexistência temporária entre o plano anterior de autogestão e o novo plano assistencial contratado pela CETESB, assegurando a necessária continuidade assistencial aos empregados em tratamento. Para os adiantamentos que ultrapassassem o exercício corrente era constituída provisão para perdas de liquidação duvidosa baseado em dados estatísticos do IBGE, levando em consideração a expectativa de vida da população brasileira. Em 31/03/2025 a expectativa era de 76,8 anos. Com a migração para o novo plano, a dívida adquirida com o antigo plano será paga pelos empregados com saldos pendentes de acordo com os critérios estabelecidos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>CIRCULANTE</u>		<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Adiantamento de Assistência Médica	1.092	1.870	16.587	14.867
Adiantamento de Férias	1.958	2.059	-	-
Adiantamento de 13º Salário	2.316	-	-	-
Diversos	212	147	-	-
Atualização Legal Assistência Médica	-	-	(13.774)	(11.999)
PCLD - Assistência Médica	-	-	(2.134)	(2.437)
Total	5.578	4.076	679	431

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

a) Circulante

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Pasep	6	5
Cofins	27	21
CSLL	172	131
Antecipação de Contribuição Social	1.234	1.234
Total	1.439	1.391

b) Não Circulante

A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, conforme decisão proferida em seu favor junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Dessa forma, para todos os impostos retidos durante o exercício são feitos pedidos de ressarcimento junto à Receita Federal do Brasil, via PERDCOMP, após entrega da ECF – Escrituração Contábil Fiscal. A mesma prática é adotada para as Contribuições Sociais dos exercícios em que foram apuradas base negativa.

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Imposto de Renda - Exercícios Anteriores	958	940
CSLL - Exercícios Anteriores	966	946
CSLL Estimada	1.378	1.345
PCLD	(1.167)	(1.056)
Total	2.135	2.175

7. PARCELAMENTOS A RECEBER

São os créditos decorrentes de aplicação de multas ambientais, conforme a legislação vigente, em empresas e outras entidades que aderiram a um programa de parcelamento, e da prestação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de serviços diversos. No intuito de garantir a liquidez, estes recebíveis são avaliados trimestralmente ou quando da ocorrência de fato superveniente, e, quando constatada inadimplência recorrente evidenciando baixa probabilidade de recebimento, a transferência dos valores do ativo circulante para o ativo não circulante e a constituição de estimativa para possível perda - PCLD. O critério adotado para constituição da provisão para perda são os títulos vencidos há mais de 6 meses. No decorrer do exercício é realizada uma projeção mensal da UFESP para o final do ano, de acordo com a evolução do índice IPC-Fipe, e os títulos em aberto são atualizados de acordo com essa projeção.

	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Multas Fontes Móveis	534	583	25.323	24.194
Multas Fontes Estacionárias	3.664	3.444	12.677	11.990
Multas Agenda Verde	2.365	1.815	2.655	2.867
Assistência Médica	178	191	2.409	2.308
Diversos	28	57	70	76
PCLD	(125)	(129)	(33.921)	(32.371)
Atualização Legal	-	-	698	2.218
Total	6.644	5.961	9.911	11.282

8. VALORES A RECEBER – DÍVIDA ATIVA

No primeiro trimestre de 2025, a Companhia prosseguiu com as inscrições de multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa – SDA, administrado pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, apropriando no resultado somente quando a receita é classificada como provável, com perspectiva de recebimento praticamente certo.

Para os títulos a receber, registrados no Ativo Circulante e Não Circulante, a Companhia constituiu provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa na ordem de 97%, independentemente do prazo de inscrição do título, em consonância a um estudo técnico baseado na análise da média histórica de recebimentos, tomando por base os três últimos exercícios. Esta metodologia foi aprovada na reunião nº 564 do dia 20/10/2021 do Conselho de Administração e é revisado anualmente pela área competente.

a) Inscrições na Dívida Ativa - CIRCULANTE:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Recebimentos com perspectiva de até 1 exercício social	28.451	27.877
Arrecadação de multas a repassar	-	114
PCLD (-)	<u>(27.598)</u>	<u>(27.040)</u>
Total	853	951

b) Inscrições na Dívida Ativa – NÃO CIRCULANTE:

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Recebimentos com perspectiva acima de 1 exercício social	790.269	783.716
PCLD (-)	(766.560)	(760.205)
Atualização Legal	11.019	36.469
PCLD (-)	<u>(10.689)</u>	<u>(35.375)</u>
Total	24.039	24.605

c) Composição da PCLD – Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Multas Fontes Estacionárias	748.394	741.611
Multas Fontes Móveis	314	335
Multas Agenda Verde	<u>17.852</u>	<u>18.259</u>
Total	766.560	760.205

Com o intuito de aprimorar o critério de estabelecimento da provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa, a Companhia vem envidando esforços, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, para analisar os processos de multas ambientais inscritos na dívida ativa do Estado, os quais totalizam aproximadamente 11.610 inscrições, até 31 de março de 2025.

9. IMOBILIZADO

a) Saldos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Depreciação		31.03.2025		31.12.2024		Líquido
	Taxa % a.a.	Custo	Deprec. Acumulada	Líquido	Custo	Deprec. Acumulada	
Terrenos		14.957	-	14.957	14.957	-	14.957
Edifícios e Instalações	1,82 a 2,86	76.815	(49.640)	27.175	76.600	(48.765)	27.835
Rede Telemétrica	10	2.233	(2.233)	-	2.233	(2.233)	-
Máquinas e Equipamentos	10	142.930	(88.381)	54.549	144.079	(86.001)	58.078
Móveis e Utensílios	10	5.787	(4.356)	1.431	5.759	(4.293)	1.466
Veículos e Embarcações	20 e 5	15.368	(12.126)	3.242	15.367	(11.842)	3.525
Microcomputadores/Periféricos	20	37.161	(22.663)	14.498	37.047	(21.538)	15.509
Benfeitorias em Prop.de 3º	20	38.582	(12.604)	25.978	37.890	(12.239)	25.651
Outras Imobilizações		1.018	(133)	885	1.016	(131)	885
Imobilizações em Andamento		8.418	-	8.418	7.792	-	7.792
Total		343.269	(192.136)	151.133	342.740	(187.042)	155.698

b) Movimentação

	31.12.2024	Aquisições	Baixas	Transferências	Baixas Depreciação	Ajustes	Depreciações	31.03.2025
Terrenos	14.957	-	-	-	-	-	-	14.957
Edifícios e Instalações	27.835	86	-	129	-	(1)	(874)	27.175
Máquinas e Equipamentos	58.078	2.650	(68)	111	5	(3.841)	(2.386)	54.549
Móveis e Utensílios	1.466	28	-	12	-	(12)	(63)	1.431
Veículos e Embarcações	3.525	-	-	-	-	-	(283)	3.242
Microcomputadores/Periféricos	15.509	347	(11)	-	-	(216)	(1.131)	14.498
Benfeitorias em Prop.de 3º	25.651	1	-	692	-	-	(366)	25.978
Outras Imobilizações	885	2	-	-	-	-	(2)	885
Imobilizações em Andamento	7.792	1.197	-	(944)	-	373	-	8.418
Total	155.698	4.311	(79)	-	5	(3.697)	(5.105)	151.133

c) Exercício Anterior

	31.12.2023	Aquisições	Baixas	Transferências	Baixas Depreciação	Ajustes	Depreciações	31.12.2024
Terrenos	14.957	-	-	-	-	-	-	14.957
Edifícios e Instalações	30.050	82	(39)	1.366	39	-	(3.663)	27.835
Máquinas e Equipamentos	43.744	4.388	(1.531)	14.941	1.486	3.989	(8.939)	58.078
Móveis e Utensílios	924	744	(250)	32	243	30	(257)	1.466
Veículos e Embarcações	4.639	26	(67)	-	65	-	(1.138)	3.525
Microcomputadores/Periféricos	10.877	4.292	(1.921)	4.139	1.905	4	(3.787)	15.509
Benfeitorias em Prop.de 3º	25.629	48	(178)	1.476	93	-	(1.417)	25.651
Outras Imobilizações	890	2	-	-	-	-	(7)	885
Imobilizações em Andamento	22.998	7.028	-	(22.097)	-	(137)	-	7.792
Total	154.708	16.610	(3.986)	(143)	3.831	3.886	(19.208)	155.698

10. INTANGÍVEL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composto por licenças de softwares adquiridas para utilização da Companhia em suas atividades administrativas e operacionais, os saldos de intangível são capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

a) Saldos Patrimoniais

	Amortização		31.03.2025		31.12.2024		Líquido
	Taxa % a.a.	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	
Software	20	13.144	12.247	897	13.144	12.041	1.103
Total		13.144	12.247	897	13.144	12.041	1.103

b) Movimentação

	31.12.2024	Aquisições	Baixas	Amortizações	31.03.2025
Software	1.103	-	-	(206)	897
Total	1.103	-	-	(206)	897

c) Exercício Anterior

	31.12.2023	Aquisições	Baixas	Amortizações	31.12.2024
Software	1.925	-	-	(822)	1.103
Total	1.925	-	-	(822)	1.103

11. FORNECEDORES

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia, bem como, pela aquisição de Imobilizado/Intangível. Os ativos imobilizados e intangíveis são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável. Os principais contratos estão destacados no quadro abaixo:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Prestação de serviços diversos	1.840	2.157
Devolução de Taxas	1.564	495
Serviços Assistência Médica	929	1.756
Máquinas e Equipamentos	873	74
Serviços de Informática	712	615
Água e Esgoto	706	96
Materiais de Laboratório	578	522
Serviços de Limpeza	403	379
Energia Elétrica	331	166
Telefonia	307	159
Serviços de Segurança	263	219
Serviços de Manutenção	207	338
Materiais Diversos	86	98
Total	<u>8.799</u>	<u>7.074</u>

12. SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES A PAGAR

A Companhia efetua o pagamento dos salários dentro do próprio mês de competência. As férias, o 13º salário e a licença prêmio são provisionados com os respectivos encargos sociais (INSS e FGTS). O PPR – Programa de Participação nos Resultados é provisionado com base na folha de pagamento do mês de dezembro do ano anterior.

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Salários	236	165
Prov.Férias e Encargos Sociais	47.824	48.381
Prov.13º Sal e Encargos Sociais	5.697	-
Prov. Licença Prêmio	12	91
Prov. Plano Demissão Incentiv.	51	51
Prov. Progr. Partic. Resultados	26.089	21.114
Total	<u>79.909</u>	<u>69.802</u>

13. IMPOSTOS, ENCARGOS SOCIAIS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Parcelamento Contribuições Previdenciárias	6.432	6.402	26.162	27.938
INSS sobre Folha de Pagamento	8.089	8.498	-	-
Imposto de Renda sobre Folha de Pagamento	5.076	9.801	-	-
Fundo de Garantia sobre Tempo de Serviço	2.542	3.503	-	-
Impostos e Contribuições de Terceiros	1.840	3.899	-	-
Fundo Nacional de Desenv da Educação	645	682	-	-
Total	<u>24.624</u>	<u>32.785</u>	<u>26.162</u>	<u>27.938</u>

14. ADIANTAMENTOS DE CONVÊNIOS

A Companhia celebrou vários instrumentos que foram agrupados e chamados de “convênios”. Dentre eles encontram-se: Termos de Convênios, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), Termos de Compensação Ambiental, Instrumentos de Acordos decorrentes de sentenças judiciais, Termos de Doação, Termos de Colaboração e outros. Cada convênio tem suas cláusulas, tais como: objetivo, plano de trabalho, cronograma, valor, prazo e outras. A maior parte deles foi celebrada com o FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos que tem por objetivo financiar programas e ações na área de recursos hídricos no Estado de São Paulo e com a SABESP, que constitui na cooperação e integração técnica entre as companhias para realizar o monitoramento da qualidade do ar em função do teste de oxigenação no Rio Pinheiros. Na tabela abaixo foram detalhados os valores recebidos antecipadamente para o desenvolvimento de projetos e estão sujeitos a aprovação final, após análise das prestações de contas.

	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
FEHIDRO	10.322	2.070	3.462	3.086
COSAN	74	72	-	-
PETROBRAS	17	20	120	142
CERJU	355	345	905	878
SABESP	745	727	-	-
LATU URUGUAI	231	224	-	-
Total	<u>11.744</u>	<u>3.458</u>	<u>4.487</u>	<u>4.106</u>

15. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

Com base na análise e classificação dos processos ajuizados contra a Companhia, suportadas por opinião de seu Departamento Jurídico, foram constituídas provisões de naturezas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

trabalhistas, cíveis e fiscais no Passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis:

Contingências	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Trabalhistas	15.825	17.254	2.367	2.230
Cíveis	5.759	2.537	11.515	9.278
Fiscais:				
Autos Infrações 2009	-	-	22.869	22.363
Total	21.584	19.791	36.751	33.871

O montante em 31/03/2025, registrado em Depósitos Judiciais (Ativo não Circulante) efetuados para contingências trabalhistas e cíveis é de R\$ 10.496 (R\$ 12.874 em 31/12/2024).

A movimentação das provisões no primeiro trimestre de 2025 está demonstrada a seguir:

Ações	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31/12/2024	19.483	11.815	22.363
Adições	29	5.459	506
Reversões (-)	(1.318)	-	-
Baixas (-)	(2)	-	-
Saldo em 31/03/2025	18.192	17.274	22.869

15.1) Natureza das contingências

a) Provisão para Contingências Trabalhistas.

Consiste, principalmente em ações decorrentes de Dissídio Coletivo, de reclamações de ex-empregados reivindicando a reintegração ao emprego, com o pagamento dos salários vencidos no período de afastamento e de diferenças de verbas rescisórias.

b) Provisão para Contingências Cíveis

Consiste, principalmente, de ações com características próprias, sendo, em sua grande maioria, mandados de segurança, contra a aplicação das fórmulas para cálculo do preço das licenças ambientais decorrentes da Decisão de Diretoria nº 315/2015/C e dos Decretos Estaduais nº 62.973/2017 e nº 64.512/2019, em que há a possibilidade de desembolso indireto pela devolução de valores pagos no âmbito dos processos relativos às emissões de licenças. Quanto aos processos impetrados por Fiesp/Ciesp, em relação a legalidade dos decretos retromencionados, foram protocoladas petições conjuntas das entidades e da CETESB, suspendendo seus andamentos, com vistas a um possível acordo.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As adições no provisionamento (R\$ 5.459) das datas base de 31/12/2024 para 31/03/2025 decorreram de mudanças na percepção de risco, especialmente de 3 (três) processos com decisões judiciais desfavoráveis à CETESB:

- Ação Civil Pública nº 0001738-85.2010.1.00.0000;
- Procedimento Comum Cível nº 1030132-58.2023.8.26.0053; e
- Procedimento Comum Cível nº 1038430-78.2019.8.26.0053

c) Provisão para Contingências Fiscais**c.1) Exercício de 2009**

Em 2014, a Receita Federal do Brasil constituiu crédito tributário de R\$ 36.587 referente a contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL) relativas à 2009. O montante atualizado em 31/03/2025 é de R\$ 76.024, classificado pelo Departamento Jurídico da seguinte forma: R\$ 22.869, como perda provável e R\$ 53.155 como perda possível. O referido crédito tributário encontra-se em execução fiscal, processo nº 0033927-88.2015.403.6182 e a dívida está garantida por meio de Seguro Garantia contratado pela CETESB. O Seguro Garantia poderá ser alterado conforme desdobramento das medidas judiciais pertinentes ao débito em questão.

c.2) Exercício de 2013

Em 2018, a Receita Federal do Brasil emitiu Auto de Infração contra a CETESB, relativo à CSLL do exercício de 2013, no montante de R\$ 26.249. A Companhia ingressou com impugnação ao Auto de Infração na esfera administrativa, questionando o valor arbitrado da contribuição, composto por: montante principal de R\$ 6.571 e multa de R\$ 19.678. Nos termos do Acórdão nº 16-86.301, proferido em 14/03/2019 a impugnação foi julgada procedente em parte, mantendo o crédito tributário no valor originário de R\$ 3.548, cujo valor atualizado em 31/03/2025 é de R\$ 7.063. A Companhia interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF e aguarda julgamento. Em 31/03/2025, o Departamento Jurídico da CETESB manteve a classificação desse processo como “perda possível”.

c.3) Exercícios de 2016 e 2017

Em 13.01.2021, a Receita Federal analisou a documentação referente ao cumprimento das obrigações principais e acessórias pertinentes à contribuição ao Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (“PIS/PASEP”), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) do período de apuração de 01/01/2016 a 31/12/2017. Após análise, instaurou um Processo que culminou no Auto de Infração em relação à CSLL constituindo um crédito tributário no valor de

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

R\$ 4.543, em relação à PIS/PASEP e COFINS instaurou outro Processo, culminado na lavratura dos Autos de Infração e a constituição de crédito tributário no valor de R\$ 3.582 e R\$ 16.531, respectivamente. As autuações totalizaram R\$ 24.656, cujo valor atualizado em 31/03/2025 é de R\$ 33.971. As autuações foram recebidas pela CETESB em 14/01/2021. Em 15/02/2021, foram apresentadas tempestivamente suas impugnações. As autuações estão em fase extrajudicial aguardando decisões de primeira instância que poderão ser objeto de recurso voluntário ao CARF. Há questionamento exposto sobre a base de cálculo das autuações, além da discussão judicial em paralelo sobre o regime de apuração e a composição da base de cálculo para a incidência do PIS/COFINS. Desta forma, a análise do Departamento Jurídico é que tais autuações devem ser classificadas como “perda possível”.

d) Divulgação de Processos classificados como Perda Possível

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Trabalhistas	13.713	13.663
Cíveis	169.246	165.641
Fiscais:		
Autos Infrações - 2009 (1)	53.155	51.995
Auto Infração - 2013 (2)	7.063	6.853
Autos Infrações - 2016/17 (3)	<u>33.971</u>	<u>32.901</u>
Total	<u>277.148</u>	<u>271.053</u>

- 1) Receita Federal - Autos de infrações, relativos ao exercício de 2009, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. Ação judicial em curso mediante seguro garantia.
- 2) Receita Federal – Auto de Infração, relativo ao exercício de 2013, pelo não recolhimento da CSLL. A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.
- 3) Receita Federal – Autos de Infrações, relativos aos exercícios de 2016 e 2017, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

16. PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em outubro de 2020, a CETESB contratou a Agência Brasileira de Planejamento Econômico e Social - AG Brasil, para identificar oportunidades de compensação de contribuições previdenciárias recolhidas em exercícios anteriores com base em interpretação da legislação então vigente. Esse levantamento julgou que o valor de R\$ 59.265 teria sido recolhido a maior nos últimos 5 anos anteriores à 2020. A CETESB optou por fazer a compensação mensal desse

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor pago a maior no recolhimento do INSS patronal, abatendo do mesmo, R\$ 264, R\$ 29.582 e R\$ 29.419 dos recolhimentos de 2020, 2021 e 2022, respectivamente, por meio de PERDCOMP. A Administração da CETESB, baseada na análise de seus consultores jurídicos, avaliou os riscos desse procedimento e decidiu fazer o provisionamento dos valores compensados atualizados, enquanto aguarda a homologação do processo de compensação na Receita Federal do Brasil. Em 25/07/2024 a Receita Federal emitiu 35 Despachos Decisórios, indeferindo parcialmente os valores compensados pela CETESB durante o exercício de 2021, referente ao período de 2016 a 2017, no valor atualizado de R\$ 22.237. Em 01 de novembro de 2024 a Companhia teve ciência da cobrança em conta corrente e o valor atualizado com multa e juros ficou na ordem de R\$ 34.922. Na 609ª reunião do Conselho de Administração do dia 05/12/2024, os Conselheiros aprovaram o parcelamento da dívida, sendo a primeira parcela paga em 20/12/2024. O valor de R\$ 30.474 foi revertido da provisão efetuada para essa finalidade. Em 31/03/2025 o saldo remanescente atualizado é de R\$ R\$ 61.921. (R\$ 59.710 em 31/12/2024). A variação do exercício de R\$ 2.210 foi contabilizada na rubrica Atualização Legal, demonstrada na nota explicativa nº 21.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital Social:** o capital social está representado por 5.679.218.530 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal, perfazendo o montante de R\$ 170.377 em 31/03/2025 (R\$ 170.377 em 31/12/2024), sendo 99,9999% pertencente à Fazenda do Estado de São Paulo e, 0,0001% de ações em tesouraria.
- b) **Reservas de Reavaliação:** A Companhia realizou no exercício de 2003, a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias). No primeiro trimestre de 2025 houve a realização do montante de R\$ 71, correspondente à depreciação calculada e reconhecida no resultado, sobre os bens reavaliados. Desta forma o saldo das Reservas de Reavaliação é de R\$ 18.643 (R\$ 18.714 em 31/12/2024);
- c) **Prejuízos Acumulados:** Compreende o prejuízo apurado no primeiro trimestre de 2025 no valor de (R\$ 44.270) mais a reserva de reavaliação R\$ 78 e o prejuízo acumulado do exercício anterior no montante de (R\$ 91.422), totalizando o montante de (R\$ 135.614).
- d) **Antecipação de Dividendos:** A Assembleia Geral Ordinária de 25/04/22 aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 63.877, relativos ao exercício de 2021, pagos em 20 de maio de 2022. Como a Companhia reapresentou suas demonstrações contábeis de 2020 e 2021, com o objetivo de retificar alguns registros contábeis dos exercícios supracitados, os dividendos relativos ao exercício de 2021, foram distribuídos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

por um valor a maior de 7.133, conforme demonstrativo abaixo:

Distribuição de Dividendos - Exercício 2021	<u>Original</u>	<u>Reapresentado</u>
Lucro Líquido do Exercício	67.239	59.730
Apropriação à Reserva Legal - 5%	(3.362)	(2.987)
Reservas de Lucros	63.877	56.744
Dividendos obrigatórios - 25%	(15.969)	(14.186)
Reservas de Lucros a realizar	47.908	42.558

18. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

No quadro a seguir, a CETESB demonstra, em detalhes, a composição de suas receitas operacionais líquidas, sendo que merecem destaque: a subvenção econômica, as receitas obtidas com o sistema de licenciamento ambiental e as receitas auferidas com o recebimento de multas ambientais.

De imediato, deve ser ressaltada a importância da receita “Subvenção Econômica”, que até 31/03/2025 representou 11% do montante das receitas líquidas. A Companhia, na condição de “empresa dependente”, consoante o inciso III do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), recebeu do Governo do Estado de São Paulo a subvenção econômica estabelecida pela Lei Estadual nº 18.078 de 03/01/2025 (lei orçamentária anual), na importância de R\$ 13.382 dos R\$ 42.487 previstos. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das cotas fixadas no Decreto Estadual nº 69.319, de 22/01/2025 (decreto de execução orçamentária).

Outra receita de grande importância é a obtida com o licenciamento ambiental, a atividade de maior relevância para a CETESB em termos de “controle preventivo da poluição”. Os preços cobrados pelas licenças ambientais emitidas estão regulamentados pelo Decreto Estadual nº 8.468, de 08/09/1976 e suas alterações, sendo, as mais recentes, pelo Decreto Estadual nº 62.973, de 28/11/2017 e Decreto Estadual nº 64.512, de 03/10/2019. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das licenças ambientais, vez que, segundo a legislação vigente, somente devem ser efetuados “à vista”.

Ainda com relação ao licenciamento ambiental, há que se ressaltar a atividade de “controle corretivo da poluição”, representado pela aplicação de multas ambientais aos que desrespeitam a legislação acima mencionada, dentre outras. Os ingressos de recursos decorrentes do recebimento de multas ambientais também foram reconhecidos contabilmente somente quando de seu efetivo recebimento, consoante CPC-00-Estrutura Conceitual.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.03.2024</u>
Subvenção Econômica	13.382	31.379
Exercício de Poder de Polícia		
Licenciamento	93.378	81.241
Multas Ambientais	16.957	13.057
Subtotal	110.335	94.298
Venda de Serviços/Produtos		
Certificação Veículos/Motocicletas	3.829	1.874
Fehidro Agente Técnico	0	16
Emissão de Certidões	369	292
FECOP	20	32
Cursos	150	132
Análises Laboratoriais	178	211
Demais Receitas	30	17
Subtotal	4.576	2.574
Deduções		
PASEP/COFINS	(4.093)	(3.478)
ISS/ICMS	(211)	(113)
Devoluções Licenciamento	(2.733)	(1.033)
Cancel. de Vendas e Serviços	(20)	0
Cancel. de Multas Ambientais	(15)	(576)
Subtotal	(7.072)	(5.200)
Total	121.221	123.051

19. CUSTOS E DESPESAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Custo dos Serv. e Produtos Vendidos e Subvencionados		Despesas Gerais e Administrativas	
	<u>31.03.2025</u>	<u>31.03.2024</u>	<u>31.03.2025</u>	<u>31.03.2024</u>
Pessoal e Reflexos	90.169	89.673	29.431	24.870
Pessoal Afastamento SEMIL	-	-	5.594	6.192
Pessoal Afastamento Fund Florestal	-	-	341	256
Remuneração Diretoria	266	334	208	199
Assistência Médica	7.468	4.780	4.346	2.531
Remun. Órgãos Estatutários	-	-	578	589
Recup. Pessoal Afastamento Outros Órgãos	-	-	(76)	(74)
Materiais	2.102	1.346	994	686
Serviços de Terceiros	5.618	5.992	2.119	1.314
Serviços Prestados Partes Relacionadas	-	-	974	386
Viagens	482	307	83	150
Aluguéis	764	217	528	762
Utilidades	1.180	866	825	599
Seguros	-	1	131	129
Imp/Taxas e Contribuições	121	414	344	75
Depreciações/Amortizações	3.602	3.256	1.709	1.321
Demais Despesas	435	90	2.839	1.572
Total	<u>112.207</u>	<u>107.276</u>	<u>50.968</u>	<u>41.557</u>

20. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.03.2024</u>
Recuperação Desp. de Convênios	369	859
Outras Recuperações	73	42
Prov. e Reversões de Contingências		
Trabalhistas/Cíveis	(4.141)	50.651
Outras Provisões e Reversões	(1.354)	(1.615)
Outras Despesas e Receitas	(263)	1.964
Total	<u>(5.316)</u>	<u>51.901</u>

21. ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.03.2024</u>
Receitas Financeiras		
Atualização Legal PGE	331	294
Atualização Legal Outros	998	1.683
Rendimentos Corretora	555	683
Rendimentos Aplicação Financeira	2.675	587
Outras Receitas Financeiras	217	52
Total	4.776	3.299
(-) Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(110)	(133)
Atualização Legal	(2.321)	(1.082)
Atualização Cont. Previdenciárias	(2.210)	(1.968)
Outras Despesas Financeiras	(97)	(54)
Total	(4.738)	(3.237)
RESULTADO FINANCEIRO	38	62

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

23. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei federal nº 13.303/16

a) Remuneração dos Administradores

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. A fixação da remuneração, das gratificações, dos benefícios e das demais vantagens foi estabelecida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, pela Deliberação nº 1, de 15/03/2024, com vigência a partir de 11/02/2023, aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 24/04/2024.

b) Transações com Entidades Estaduais

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

I) Serviços contratados

Em 31 de março de 2025 e 2024, a Companhia possuía em aberto o montante de R\$ 974 e R\$ 386 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados de forma continuada por partes relacionadas, classificadas na rubrica “Serviços Prestados Partes Relacionadas” no grupo “Despesas Gerais e Administrativas” (nota explicativa 19):

Empresas	31.03.2025	31.03.2024
SABESP	701	155
PRODESP	273	231
Total	974	386

II) Serviços prestados

A CETESB, no âmbito de suas atribuições institucionais, arrecadou no primeiro trimestre de 2025 e 2024 com as partes relacionadas, o montante de R\$ 2.717 e R\$ 3.330, respectivamente. Os valores referem-se à concessão de licenças ambientais e venda de curso, serviços e produtos.

Empresas	31.03.2025	31.03.2024
SABESP	2.221	3.310
EMAE	295	4
DER	81	-
METRO	77	8
CDHU	41	-
CPTM	2	1
EMTU	-	7
Total	2.717	3.330

A contabilização dos gastos e custeio da Companhia em relação aos empregados afastados junto à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo - SEMIL e Fundação Florestal-FF foi aprovada pelo Conselho de Administração na 566ª reunião, realizada em 15/12/2021. No demonstrativo abaixo estão detalhadas as despesas referentes ao primeiro trimestre de 2025.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL/SP)

Natureza da transação	31.03.2025				31.03.2024			
	Receita	Custos/ desp.	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos/ desp.	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	-	5.031	-	5.031	-	5.757	-	5.757
Benefícios a empregados	-	563	-	563	-	434	-	434
Telefone	-	64	-	64	-	43	-	43
Aprop.Depreciação	-	63	-	63	-	46	-	46
Energia Elétrica	-	149	-	149	-	60	-	60
Água/Esgoto	-	60	-	60	-	34	-	34
Serv. Terceiros	-	426	-	426	-	272	-	272
TOTAL		6.356		6.356		6.646		6.646

Natureza da transação	Fundação Florestal 31.03.2025				31.03.2024			
	Receita	Custos/ desp.	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos/ desp.	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	-	330	-	330	-	180	-	180
Benefícios a empregados	-	11	-	11	-	76	-	76
Telefone	-	25	-	25	-	17	-	17
Aprop.Depreciação	-	25	-	25	-	18	-	18
Energia Elétrica	-	60	-	60	-	24	-	24
Água/Esgoto	-	24	-	24	-	14	-	14
Serv. Terceiros	-	171	-	171	-	109	-	109
TOTAL		646		646		438		438

c) Afastamento de Empregados

Em 31 de março de 2025, a CETESB possuía 59 empregados afastados à SEMIL e 04 afastados à Fundação Florestal, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios estão registradas na rubrica “Pessoal Afastamentos SEMIL e Fundação Florestal”, no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”, pelo montante de R\$ 5.594 e R\$ 341 respectivamente, demonstradas na nota explicativa 19.

No mesmo período, a Companhia possuía também afastamentos de empregados em outros Órgãos Públicos, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios foram ressarcidas e registradas na rubrica “Recuperação de Despesas – Afastamento de Empregados”, no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”, pelo montante de R\$ 76 e (R\$ 74 em 31/03/2024), demonstradas na nota explicativa nº 19

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***d) Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas**

Em 07 de outubro de 2023, foi firmado o Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas número 01/2023/CETESB, registro número 084677/2023-54, pelos representantes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (FF). O presente termo estabelece a utilização compartilhada dos imóveis da CETESB pelos órgãos citados, bem como o rateio das despesas comuns relacionadas à manutenção funcional dos imóveis (aluguel, condomínio, água, luz, telefone, limpeza, segurança, portaria, recepção, materiais de consumo), utilidades públicas, serviços comuns e despesas gerais.

O critério adotado para o rateio foi a fração de ocupação de área fixada para cada órgão participante, sendo de 76,28% da CETESB, 18,34% da SEMIL e 5,38% da Fundação Florestal. O presente termo foi firmado por prazo indeterminado e os valores serão cobrados no mês subsequente ao término de cada trimestre anual, mediante a prestação de contas apurada pelo órgão gestor (CETESB).

e) Utilização de Imóveis

A SEMIL – Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e a Fundação Florestal ocupam cerca de 23,72% da área do imóvel da sede da CETESB.

A CETESB é parte beneficiária de Termo de Cessão de Uso para a utilização de bens imóveis, a título gratuito, para a instalação e operação de Agências Ambientais. Os Órgãos e Entidades cedentes, bem como o início e vencimento dos Termos de Cessão estão demonstrados a seguir:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Agência Ambiental	Cedente	Início	Vencimento
ABC I	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
ABC II	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
Americana	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
Araçatuba	DER	2013	Indeterminado
Araraquara	DER	2007	Indeterminado
Assis	SEMIL		Indeterminado
Atibaia	Prefeitura	2018	06/12/2038
Avaré	SEMIL	2001	Indeterminado
Barretos	Prefeitura	2018	19/02/2028
Bauru	SP+Perto		Indeterminado
Botucatu	Prefeitura	2018	20/12/2048
Campinas	Secret. Agricultura e Abastecimento	2015	Indeterminado
Capão Bonito	Prefeitura	2008	02/08/2025
Dracena	Secret. Agricultura e Abastecimento	2024	Indeterminado
Embu das Artes	SEMIL		
Itapetininga	DER	2014	Indeterminado
Jabotical	Prefeitura	2013	07/07/2031
Jales	Prefeitura	2008	Indeterminado
Jundiai	DER	2003	Indeterminado
Limeira	Prefeitura	2011	07/11/2026
Marília	Secret. Agricultura e Abastecimento	2000	Indeterminado
Mogi Guaçu	Prefeitura	2019	11/03/2029
Osasco	Semil		
Presidente Prudente	DAEE	2013	Indeterminado
Piracicaba	Detran	2023	01/05/2028
Registro	Projeto SP+Perto	2012	Indeterminado
Ribeirão Preto	DER	2003	Indeterminado
Santana	Instituto Florestal	2010	Indeterminado
Santo Amaro	Semil		
São Carlos	Secret. Agricultura e Abastecimento	2008	Indeterminado
São João da Boa Vista	Prefeitura	2020	16/09/2050
São José do Rio Preto	DER	2006	07/07/2025
São José dos Campos	Prefeitura	2017	
Sorocaba	Secretaria da Fazenda	2017	Indeterminado
Tatuapé	SEMIL	2017	25/10/2038
Taubaté	DAEE	2005	Indeterminado

24. REMUNERAÇÕES PAGAS AOS ADMINISTRADORES

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, com os montantes dos exercícios registrados nas rubricas “Remuneração de Diretoria” e “Remuneração de Órgãos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estatutários”, conforme demonstrado abaixo, foram registrados no grupo “despesas gerais e administrativas” (nota explicativa nº 19).

	Valores		Número de Membros	
	<u>31.03.2025</u>	<u>31.03.2024</u>	<u>31.03.2025</u>	<u>31.03.2024</u>
Conselho de Administração	286	296	11	11
Comitê de Auditoria (*)	193	193	4	4
Conselho Fiscal	99	99	5	5
Diretoria	474	533	4	5
Total	<u>1.052</u>	<u>1.121</u>	<u>24</u>	<u>25</u>

Além da remuneração mensal, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata *temporis*, no mês de dezembro de cada ano.

(*) Conforme estatuto da Companhia, integrará o Conselho de Administração o(a) Diretor(a)-Presidente, além de um membro do Comitê de Auditoria de órgão técnico que deverá optar neste caso, por uma das remunerações.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 25 de abril de 2025, a Procuradoria Geral do Estado repassou à CETESB o montante de R\$ 41.007, referente ao recebimento de uma multa aplicada em 2013 e inscrita na Dívida Ativa, contra a Petrobras Transporte – Transpetro.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.

Ilmos. Srs.
Administradores e Acionistas da
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, os resultados abrangentes, as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as respectivas notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) - Demonstração Intermediária e a Norma Internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria. Consequentemente, essa revisão não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) aplicável à elaboração de Informações Intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme nota explicativa nº 15-“c”, tramitam na esfera judicial, recursos inerentes a contingências fiscais no montante de R\$ 117.058 mil em que a Companhia mantém discussão para o não pagamento de autos de infrações: a) Lavrados pela Secretaria da Receita Federal, nos exercícios de 2009, 2016 e 2017, relativos a contribuições do Pasep e Cofins, as quais não estão provisionadas contabilmente, pelo fato de que ainda não houve julgamento do processo; b) Da mesma forma, para CSLL, dos exercícios de 2009, 2013, 2016 e 2017, ambos efetivados através de Notificação Fiscal. Com base no parecer dos assessores jurídicos, que classificaram os processos como sendo de perda possível, a administração decidiu que os efeitos tributários decorrentes deste procedimento não fossem reconhecidos contabilmente. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Informações comparativas

Os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 14 de março de 2025, sem modificação e com ênfase quanto ao Programa de Demissão Incentivada - PDI, a provisão para contribuições previdenciárias e quanto à dependência econômica do acionista controlador. As demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 31 de março de 2024 anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 10 de maio de 2024, sem modificação e ênfase quanto à dependência econômica com o acionista controlador, o Estado de São Paulo.

São Paulo, 08 de maio de 2025.

**ROBERTO
CALDAS
BIANCHESSI:**
3805174500
0

Assinado de
forma digital por
ROBERTO CALDAS
BIANCHESSI:3805
1745000
Dados: 2025.05.08
13:54:28 -03'00'

